

Com o presente número, o IDN leva à estampa os resultados da conferência “Segurança para o Século XXI”, que teve lugar em Novembro passado. O fim do sistema bipolar e o termo da Guerra Fria deram lugar à emergência de novas formas de relacionamento internacional, quer pela mundialização e interdependência das relações políticas e da crescente globalização das relações económicas, quer pelo acentuar de manifestações exacerbadas de natureza cívica, étnica, religiosa ou cultural.

De qualquer um destes processos de relacionamento internacional decorrem fenómenos, cujas repercussões se têm feito sentir sobre a forma como o Estado, as organizações e a sociedade civil consideram o domínio da segurança. Estamos perante um mundo em mudança, no qual o estado tradicional se depara com uma crescente dificuldade em lidar com actores e processos de natureza global e ameaças de cariz transnacional, que desafiam a sua soberania, desterritorializam os limites e o alcance dos tradicionais atributos soberanos do Estado, ao mesmo tempo que o limitam no seu papel e capacidades para responder aos desafios do mundo actual.

As funções do Estado no domínio da segurança e da defesa têm sido crescentemente partilhadas por uma multiplicidade de entidades nacionais e internacionais, por forma a otimizar a função de fornecedor de segurança que lhe cabe tradicionalmente. O fenómeno da deslocalização da autoridade do estado paralelo ao alargamento da fronteira da segurança tem sido acompanhado por mutações dos critério de legitimidade política, de onde resulta que os estados não são o único depositário de autoridade, nem a soberania o princípio último de representação dos interesses de segurança nacional e internacional. À crescente alienação dos tradicionais atributos da soberania tem correspondido uma diversificação do seu exercício, quer em relação aos desafios no domínio da segurança, para os quais os estados não dispõem de meios suficientemente eficazes, quer para a resolução daqueles, em relação aos quais o modelo de organização jurídica do estado é hoje uma estrutura demasiado complexa.

Se há consenso quanto à presença de múltiplos factores responsáveis pelo novo figurino de segurança internacional, as consequências da gestão dessa multiplicidade poderão não ser tão contemporizadoras. Do mesmo modo, a perspectiva estado-centrica tem conduzido muitos analistas a equacionar o mundo actual, interdependente e globalizado, como um problema que afecta e minimiza o papel soberano dos estados na condução das políticas de segurança.

Talvez haja uma forma alternativa de o equacionar, não como um desafio redutor, mas antes como indicador de uma viragem histórica para um novo tipo de actuação dos estados e organizações no campo da segurança internacional.

Mais do que considerar as transformações do sistema internacional e os desafios mundiais futuros à segurança internacional, como realidades que reduzem e inibem o papel dos estados e organizações, importa atentar na função que os mesmos poderão vir a desempenhar na construção de um novo tipo de estado e na edificação de novas estruturas e modelos alternativos de cooperação vocacionados para a segurança regional e global.

Qualquer leitura sobre segurança envolve um olhar atento, quer sobre as mais recentes perspectivas teóricas de análise no domínio dos estudos de segurança, quer sobre a actual geografia do seu significado.

Importa pois realçar o crescente valor da ligação entre o trabalho teórico sobre segurança e o exercício da política nos domínios da segurança e defesa. A rigidez própria da relação bipolar entre superpotências e o clima da Guerra Fria traduziu-se, até ao final da década de 80, por um lado em construções teóricas que se reportavam de uma forma quase exclusiva aos estudos estratégicos, afectos às questões militares. Por outro, em práticas de política externa e de defesa adaptadas a um ambiente internacional programável e previsível.

Alterou-se o cenário de relação de forças e com ele os conteúdos e os limites da segurança. Alargar a fronteira da segurança, mais do que traduzir uma dimensão geográfica, passou a significar a inclusão de protagonistas anteriormente pouco valorizados, quer no domínio do equacionamento dos factores de instabilidade, quer no domínio dos mecanismos fornecedores de segurança .

A presença de novos protagonistas pressupõe a análise das novas condições de exercício da segurança (em geografias indefinidas e níveis de relacionamento e decisão supra e infra estatais), evidencia a presença de

objectos de referência de segurança alternativos (a problemática dos direitos humanos, os desequilíbrios ambientais, os refugiados, as migrações, a afirmação de comunidades étnicas e religiosas, o narcotráfico, a segurança alimentar e o terrorismo) e proporciona o exercício de novas práticas de segurança protagonizadas, quer por estados e quer por entidades alargadas sob a forma de organizações governamentais, inter e não governamentais, hoje parte integrante na salvaguarda da segurança mundial.

A introdução de novas coordenadas para pensar o que é hoje a segurança e o que será a segurança no futuro, implica uma conceptualização alternativa da mesma, e o encontro de novos métodos de legitimação do exercício da política e de explicação pública de políticas de segurança, como os conflitos do Kosovo e da Macedónia e os recentes atentados terroristas nos EUA vieram demonstrar.

O ponto de partida para um debate alargado passa por equacionar o que é que se entende por segurança e como é que a análise da mesma evoluiu de uma perspectiva tradicional, para leituras alternativas que contemplam hoje, aspectos que ultrapassam o domínio estritamente militar.

Ao alargar-se excessivamente a agenda das políticas de segurança pode-se incorrer no risco de perder a sua substância. Confiná-la a uma leitura tradicional significa comprometer irremediavelmente o actual propósito de garante da estabilidade regional e internacional, como atributo essencial da prevenção e garante da integridade dos estados, das organizações e dos indivíduos.

Com esta Conferência sobre **Segurança para o Século XXI**, cujos resultados agora se editam, o IDN procura alargar o espaço de reflexão sobre temáticas que contêm implicações profundas e incertas sobre o que constitui hoje e poderá vir a constituir no futuro uma agenda de segurança.